



**O enfrentamento da crise socioambiental:
Um diálogo em Enrique Leff sobre a racionalidade e o saber ambiental**

**Addressing the environmental crisis: A dialogue Enrique Leff on the rationality
and the environmental know**

Ângelo Francklin Pitanga¹

Resumo

Este artigo apresenta um breve ensaio teórico resultado de um conjunto de reflexões que buscavam entender os motivos que conduziram a humanidade ao longo de sua história a um anunciado estado de Crise Socioambiental. Para tal empreendimento, fez-se uma pesquisa bibliográfica tendo como base os fundamentos teórico-ideológicos propostos por Enrique Leff. O diálogo está estruturado no entendimento do cenário de crise, seguido das discussões sobre Racionalidade e Saber Ambiental, com o intuito de procurar nortear um novo modelo societário, baseado num paradigma de reconstrução do ser a partir do saber, que garanta à humanidade a adoção de novas formas de compreender e agir no mundo, uma nova racionalidade.

Palavras-chave: Crise socioambiental; Enrique Leff; Racionalidade ambiental; Saber ambiental.

Abstract

This paper presents a brief theoretical test result of a set of reflections that sought to understand the reasons that led to humanity throughout its history to an advertised state of Environmental Crisis. For this project, did a literature search based on the theoretical and ideological foundations proposed by Enrique Leff. The dialogue is structured in understanding the crisis scenario, followed by discussions of Rationality and Knowledge Environment, in order to guide search for a new corporate model, based on a reconstruction of paradigm be from knowing that guarantees humanity the adoption of new ways of understanding and acting in the world, a new rationality.

Keywords: Environmental crisis; Enrique Leff; Environmental rationality; Environmental know.

Considerações Iniciais

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, UFS. Email: afpitanga@ig.com.br

A humanidade, a partir de certo momento de sua história, passa adotar uma postura de dominadora e senhora da natureza, fundada na utilização e no reconhecimento de um conjunto de mecanismos para produção e validação do conhecimento – Método Científico – sistematiza-o e formaliza-o, e por meio da proposição de leis e equações, procura desvendar e entender o funcionamento da natureza. Para daí então, escreve mais um capítulo, em seu livro da história, que ficou conhecida como modernidade.

Empolgado com o seu projeto dominador, o homem assume uma nova visão “mecanicista”, deixando de estabelecer uma relação harmônica, e adotando uma postura utilitária para com a natureza, tendo a mesma como fonte inesgotável de recursos que devem ser explorados.

Esse processo teve como mola propulsora a fusão dos objetivos almejados pelo: desenvolvimento científico e tecnológico + ideais capitalistas; que acabaria resultando na adoção de uma nova postura, uma nova racionalidade, que guiaria a humanidade na iniciativa de conquistar seu projeto modernizador. Explorar os potenciais da natureza na promoção de desenvolvimento do progresso, da felicidade e do bem-estar comum eram os seus principais objetivos; porém estes acabariam seguindo outro caminho, quanto se tornaram subordinados aos interesses inescrupulosos de ascensão ao poder e obtenção de lucros pelos burgueses capitalistas.

A crise socioambiental é caracterizada por uma nova relação do homem com o meio natural dentro do funcionamento de uma lógica capitalista, onde a transformação da natureza é submetida às necessidades de acúmulo do capital. E essas relações conflituosas aparecem sob a forma de catástrofes e impactos ambientais exacerbados, as chamadas externalidades do sistema econômico².

“Com o capitalismo, o pensamento do ser transforma-se nos códigos da economia. A natureza se reconverte na forma econômica e sofre a interferência da tecnologia; o mundo se coisifica, ao mesmo tempo em que tudo que é sólido de desmancha no ar” (LEFF, 2010b, p. 49).

²Externalidades do sistema econômico – todo conjunto de problemas que se mostram fora do alcance da compreensão da teoria do processo econômico que tem dominado as formas de organização social e de intervenção sobre a natureza; de uma economia que se institui como um paradigma totalitário e onívoro do mundo, que codifica todas as coisas, todos os objetivos e todos os valores em termos de capital, para submetê-los à lógica do mercado, sem ter internalizado suas complexas relações com o mundo natural. Sendo os sinais dessa externalidade: entropização dos processos produtivos, alteração dos equilíbrios ecológicos do planeta, destruição dos ecossistemas, esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental, aquecimento global, desigualdade social e pobreza extrema.

A compreensão de suas causas implica considerar erros históricos que se enraizaram em certezas sobre o mundo com falsos fundamentos, no intuito de tentar “entender os processos que promoveram a coisificação, objetificação e homogeneização, promovidos por uma racionalidade dominante, fundada em incertezas e alienação, arrastados por processos insustentáveis e incontroláveis de produção” (LEFF, 2010a, p. 192).

Enrique Leff apresenta uma série de argumentos que visam justificar a anunciada crise, e a sua posição, construída com base em fundamentos teóricos de excelente consistência, revela-se como uma crítica a economia e aos mecanismos ideológicos, que são utilizados no intuito de balizar os comportamentos da população mundial. Com base nos estudos sobre Epistemologia Ambiental, ele descreve o poder maquiavélico, que através de processo silencioso de dominação/exploração, começou a apresentar sua(s) faceta(s) e as consequências mais danosas, ou seja, aquelas que passaram a por em risco a qualidade de vida das próximas gerações. No seu entender:

A teoria econômica constitui-se como um paradigma ideológico-teórico-político – como uma estratégia de poder – que, desde seus pressupostos ideológicos e seus princípios mecanicistas – a mão invisível e o espírito empresarial; a criação da riqueza e do bem comum a partir do egoísmo individual e da iniciativa privada; o equilíbrio da oferta e da procura, dos preços e valores do mercado, dos fatores de produção –, gerou um mundo que transborda sobre suas externalidades: entropização dos processos produtivos, alteração dos equilíbrios ecológicos do planeta, destruição dos ecossistemas, esgotamento de recursos naturais, degradação ambiental, aquecimento global, desigualdade social, pobreza extrema (LEFF, 2010b, p. 21).

Seus estudos sobre Epistemologia Ambiental permitem ampliar as fronteiras dessas discussões para além do ambiente natural ou das relações biofísicas. Segundo ele, vivemos uma crise da civilização, do homem contemporâneo, que esta diretamente vinculada às formas de construção do conhecimento qual se apropriou, e daí, começou a estabelecer diferentes relações com a natureza e com os outros homens. Com base na implantação de um sistema capitalista que usufrui desarmonicamente dos recursos naturais, e em ideologias fundamentadas pelos sustentáculos teóricos da racionalidade econômico-instrumental.

A Crise ambiental deu origem a um questionamento da racionalidade econômica dominante, assim como as ciências do conhecimento e saberes que serviram de suporte

teórico e de meios instrumentais ao processo civilizatório, caracterizado pelo domínio do homem sobre a natureza (LEFF, 2012). Fundamenta-se em críticas contundentes aos cânones epistemológicos, sociais, políticos e culturais, enraizados nos sistemas de pensamento e nas formas de organização das modernas sociedades industriais (FARIA; FREITAS, 2008). Essa crise teve como seu estopim, a utilização da energia nuclear para a produção das bombas atômicas, que culminariam no fim da segunda guerra mundial, com a execução sumária e transformação em pó de milhares pessoas inocentes.

Assim, frente ao cenário apresentado, este artigo tem por objetivo apresentar um ensaio teórico, tendo na revisão bibliográfica de algumas obras produzidas Enrique Leff o principal aporte teórico para tal empreendimento, no sentido de buscar em seus textos, elementos que possam nós garantir um direcionamento tanto epistemológico quanto metodológico, que sirva de base ideológica estruturante para o enfrentamento e reposicionamento diante da crise socioambiental.

A racionalidade Ambiental como proposta para a Superação da Crise

O modelo econômico vigente, sistema de organização da sociedade, se apoiou nas bases mecanicistas como ideologia para a produção do conhecimento científico, e na tecnologia como mecanismo regulador da eficiência produtiva, isso com vistas para um discurso de geração de progresso, que escondia por traz de tudo, os objetivos inescrupulosos da dominação capitalista.

Para Boaventura Souza Santos (2003), passamos hoje por um processo de falta de confiança epistemológica, e assim, a racionalidade ambiental, proposta por Leff, emerge da necessidade de promover uma transição de modelo, onde segundo Kuhn (2011), seria uma mudança paradigmática, um processo transformador, necessário para superar o quadro apresentado, assentado na racionalidade econômico-instrumental como modelo hegemônico. Em certa medida parece-nos utópico, propor um paradigma que venham de encontro e se sustente em outra direção, buscar uma nova orientação epistemológica. Mas, não podemos criar em nosso imaginário que as utopias são entes teóricos surreais, que não passam de abstrações teóricas ilusórias, não devemos cristalizar esse tipo de pensamento, há que se pensar que, os processos de mudança paradigmática, são em si demorados, e o último grande exemplo observado pela humanidade foi o próprio projeto modernizador, cujas suas consequências, são alvos de nossas críticas.

A racionalidade ambiental tornou-se urgente ao mostrar a necessidade de se tirar o pé do acelerador diante do ritmo de vida frenético, impulsionado pela tríade: *Produzir – Comprar – Lucrar*; tudo isso às custas desmedidas da exploração da natureza, com seus vários impactos de consequências ambientais, sociais e culturais. E nesse caminho, a perspectiva leffiana é bastante auspiciosa mostrando-se como um contra ponto, por garantir um marco teórico-ideológico, uma pedra fundamental, na escalada de reorientar a humanidade.

Na produção de sua estratégia conceitual, ele, Leff, consegue propor o aporte teórico necessário para construir e ampliar seus conceitos, e com isso discutir as questões socioambientais tão relevantes para o momento atual, tendo a racionalidade como uma de suas categorias de análise.

O conceito de racionalidade abre importantes perspectivas para a análise da problemática ambiental; não só por referência direta à relação entre processos sociais e naturais, mas sim porque torna possível refletir de maneira integrada sobre os diferentes processos – que permitem pensar, legitimar e sancionar ações sociais; que determinam as transformações da natureza e dão coerência e eficácia aos princípios materiais e aos valores éticos do ambientalismo (LEFF, 2006, p. 245; LEFF, 2010a, p. 122).

A racionalidade ambiental fundamenta-se em uma racionalidade teórica e substantiva, “incluindo valores da diversidade ética e cultural, e a prevalência do qualitativo sobre o quantitativo” (LEFF, 2010a, p. 123). É um imperativo de primeira ordem ao propor a construção de uma nova ordem econômica e produtiva, não simplesmente apresentando mecanismos de limitação, controle, punição ou flexibilização; como os que norteiam a racionalidade econômica/produtiva vigente, mas, se torna necessária por refundar os alicerces de um novo sistema econômico que tenha como base principal às questões ecológicas e culturais (LEFF, 2010b).

Sustenta-se na perspectiva de análise uma sociológica do desenvolvimento do conhecimento, da problematização dos paradigmas teóricos e metodológicos, e na possibilidade da construção de uma racionalidade produtiva alternativa. De um paradigma ambiental, que se inicia a partir da produção de um processo complexo de reelaboração teórica, metodológica e do desenvolvimento de conhecimentos científicos e tecnológicos que deem suporte a uma racionalidade social alternativa (LEFF, 2010a).

Questiona os alicerces da sociedade moderna fundados numa racionalidade econômico-instrumental, que codifica e valoriza a natureza simplesmente como

produtos de consumo, guiados pelas regras do livre comércio, com fins na obtenção de lucros, e sustentados atualmente pelas lógicas de uma política neoliberal ambiental. Enquanto que, propõe uma revisão completa, a adoção de um pacote de medidas, que vão além do campo político, científico e ideológico, para atingir fins sociais, garantindo ao povo o direito democrático da participação na tomada de decisões dos processos de gestão ambiental, o que nos seus dizeres chama de Reapropriação Social da Natureza (LEFF, 2010).

As contradições entre racionalidade ambiental e racionalidade econômica são marcadas pela confrontação de interesses opostos arraigados em paradigmas do conhecimento, estruturas institucionais e mecanismos de legitimação (Leff, 2010a), na busca de sintetizar e organizar as ideias acima, de modo a pensar nos modelos antagônicos, e dar os encaminhamentos necessários para encarar e enfrentar a anunciada “crise da civilização” ou “crise do socioambiental”, apresenta-se um quadro comparativo (quadro 1) com as principais concepções encontradas nas propostas leffianas quando defende a sua estratégia ideológica da racionalidade ambiental frente à racionalidade econômica.

Quadro 1. Quadro comparativo entre os fundamentos propostos pela racionalidade ambiental versus a racionalidade econômica

Racionalidade Ambiental	Racionalidade Econômica
Caracterizada por ritmos produtivos que levam em consideração a capacidade de resiliência dos ecossistemas.	Superexploração da natureza.
Distribuição uniforme dos benefícios obtidos dos processos produtivos.	Obtenção de lucro e acúmulo de capital por uma minoria.
Distribuição de renda equitativa.	Concentração de renda.
Consumo para atender as condições que garantam qualidade de vida.	Hiperconsumismo.
Mão de obra em parceria com os processos produtivos.	Exploração da mão de obra do trabalhador.
Racionalidade Instrumental é orientada por uma racionalidade substantiva que garanta a eficiência social.	Racionalidade Instrumental como ferramenta que garanta a eficiência produtiva.
Limitado pelo paradigma termodinâmico	Impulsionado pelo paradigma mecanicista.

(Lei-limite da entropia).	
Orientada por processos qualitativos.	Orientada por processos quantitativos.
Mercados que atendam as demandas locais e regionais.	Mercados Globalizados.
Desenvolvimento sustentável	Desenvolvimento sustentado
Implementação de processos ecotecnológicos.	Processos que agregam a máxima eficiência térmica e garantia da produtividade.
Equidades sociais.	Desigualdades sociais.
Economia Ambiental.	Neoliberalismo Ambiental.
Interdisciplinaridade como solução para sistemas ambientais complexos.	Fragmentação e disciplinarização das ciências.
Democracia participativa popular direta.	Democracia representativa.
Processos que procuram ao máximo minimizar os impactos ao ambiente.	Processos poluidores.

A construção de uma racionalidade ambiental é um processo político e social que passa por um confronto de interesses opostos, pela necessidade de uma reorientação das tendências (dinâmica populacional, racionalidade do crescimento econômico, padrões tecnológicos e práticas de consumo). Pela ruptura de paradigmas epistemológicos vigentes; mas principalmente, pela iniciativa de organização produtiva, inovações de métodos de pesquisa e produção de novos conceitos e conhecimentos (LEFF, 2010a).

Retirar das mãos dos cientistas, dos técnicos e dos políticos, a total autoridade sobre os processos de tomadas de decisão, rompendo drasticamente com as concepções de que o conhecimento científico é em si um conhecimento superior; E convidar à comunidade para participar de modo ativo, tomando posicionamento e apresentando as suas propostas, essas baseadas nas suas práticas e tradições culturais. “Onde as pessoas deixem de estar controladas (alienadas e manipuladas) pelos mecanismos do mercado, que as cegam, e pelas leis científicas que governam processos automáticos, acima de sua consciência e entendimento” (LEFF, 2010a, p. 186).

A construção de uma racionalidade ambiental demanda a transformação dos paradigmas científicos e a produção de novos conhecimentos, o diálogo, hibridação e a

integração dos saberes, como também a “integração de diversos especialistas nas áreas do conhecimento garantindo uma integração interdisciplinar do conhecimento para um desenvolvimento realmente sustentável” (LEFF, 2010a, p. 92). Emerge não apenas da necessidade da construção de um novo mundo de produção, mas de uma nova forma de ser no mundo: novos processos na natureza e novos sentidos existenciais na construção de um futuro sustentável (LEFF, 2010b).

Desfazendo as amarras e buscando novos rumos a partir do Saber Ambiental

Alguns elementos da concepção de sociedade moderna: mecânica, quantitativa, racional, cartesiana, superespecializado, etc; se fazem fortemente presentes dentro dos vários sistemas de ensino, sejam eles na educação básica ou no ensino superior (TOZZONI-REIS, 2001). Estando arraigados nas ideias, tanto quanto nas práticas dos profissionais da área da educação. E uma das tarefas mais difíceis é poder proporcionar aos mesmos a possibilidade de ressignificar tanto suas ideias, quanto as suas práxis, no sentido de darmos novos caminhos.

Os problemas socioambientais têm na crescente complexidade a sua principal característica, na empreitada de enfrentá-los e propor encaminhamentos para possíveis soluções, é sabida a necessidade de desconstruir e reorientar a sociedade em outra direção, para isso, faz-se necessário pensá-los de modo holístico e sistêmico.

O saber³ ambiental apresenta-se com a categoria maior relevância para transição e superação desse quadro, pois caracteriza-se pela perspectiva da criação de um paradigma que possa guiar a civilização não somente em relação aos aspectos econômicos. Esse paradigma incentiva uma ruptura epistêmica com os modelos vigentes, num processo contínuo de desconstrução e reconstrução do pensamento, e com isso, coloca a humanidade em uma nova ordem, segundo diversos aspectos: gnosiológicos, ontológicos, axiológicos e epistemológicos, pois conforme afirma LEFF (2010a) “o problema ambiental é um problema do conhecimento”.

³Leff busca no diálogo de Foucault o alicerce para construir sua categoria teórica de saber, e com isso tem o devido cuidado de diferenciar saber e conhecimento; o primeiro é o processo através do qual o sujeito se encontra modificado pelo que conhece, ou melhor, pelo trabalho realizado para conhecer. É o que permite a modificação do sujeito e a construção do objeto. Conhecimento é o processo que permite a multiplicação dos objetos cognoscíveis, o desenvolvimento de sua inteligibilidade, a compreensão de sua racionalidade, enquanto que o sujeito que faz a pesquisa permanece sempre o mesmo (FOUCAULT, 1991, apud. LEFF, 2010a, p. 157).

A categoria do saber ambiental emerge em importância até mesmo quando comparado com a racionalidade ambiental. Diante de sua relevância, procura traçar os fundamentos ideológicos e elencar as possíveis soluções técnicas diante das situações que se apresentam, na iniciativa de construir uma sociedade alicerçada em ideias e atitudes ecologicamente sustentáveis. Ela flui na seiva epistêmica que reconstitui as formas do ser, do pensar e do agir para aprender e adotar uma nova racionalidade diante da complexidade ambiental. Emerge assim, como uma consciência crítica e avança com um propósito estratégico, transformando os conceitos e métodos de uma constelação de disciplinas, e construindo novos instrumentos para implementar projetos e programas de gestão ambiental (LEFF, 2010a).

A epistemologia ambiental apresenta as evidências de que o paradigma do cientificismo acabou levando a humanidade para um quadro de insustentabilidade, e tem se mostrado inapropriado para responder as questões atuais. E nesse sentido, o saber ambiental abre oportunidades para “novos métodos, capazes de integrar os aportes teóricos de várias disciplinas, para gerar análises mais abrangentes e integradas às realidades globais e complexas no qual se articulam processos sociais e naturais” (LEFF, 2006, p. 281).

O saber ambiental é uma epistemologia política que busca dar sustentabilidade à vida; constitui um saber que vincula os potenciais ecológicos e a produtividade negentrópica do planeta com a criatividade cultural dos povos que o habitam. Muda o olhar do conhecimento e com isso transforma as condições do saber no mundo na relação que estabelece o ser com o pensar, com o conhecer e o atuar no mundo (LEFF, 2009, p. 18).

Para tal, faz-se necessário uma cisão com as ideologias dominantes, e as formas de produção do conhecimento em voga. Sua construção, deve levar em consideração a complexidade dos problemas atuais, sendo essa uma tarefa complicada, a iniciativa de conciliar interesses de diversos campos do conhecimento, métodos de pesquisas, ideologias teóricas e práticas. Ainda assim, o saber ambiental emergente questiona e reorienta o desenvolvimento do conhecimento em três níveis (LEFF, 2006, p. 283; 2010a, p. 139):

- a) A orientação da pesquisa e da aplicação dos conhecimentos científicos e técnicos através das políticas científico-tecnológicas;

- b) A integração disciplinar de especialidades diversas e de um conjunto de saberes existentes em torno de um objeto de estudo e a uma problemática comum, e a elaboração de um conhecimento integrado através de um método de análise de sistemas complexos;
- c) A problematização dos paradigmas teóricos de diferentes ciências, propondo a reelaboração de seus conceitos, a emergência de novas áreas temáticas e a constituição de novos objetos de conhecimento e disciplinas ambientais.

A crise ambiental anuncia a necessidade de se encerrar o projeto construído nas bases da racionalidade econômica e instrumental, alicerçados no “método científico” como caminho único de validação da produção do conhecimento, que suportou apoiado no desenvolvimento técnico, toda uma hegemonia dominadora do capitalismo, conduzindo ao longo dos últimos séculos *ao caos e a incerteza do futuro*.

A irrupção da complexidade ambiental induz uma mudança epistemológica e societária – “passando do paradigma mecanicista a um termodinâmico-ecológico – contrário à fragmentação das ciências e caminhando numa construção holística de um mundo entendido como um sistema de inter-relações, interdependências e retroalimentação” (LEFF, 2006, p. 306), onde somente a adoção de um pensamento complexo, a interdisciplinaridade e mudanças de valores e práticas das pessoas possam conduzir a uma proposta de convivência menos incerta ao longo do tempo.

O saber ambiental surge então como o conjunto de paradigmas de conhecimento, disciplinas científicas, formações ideológicas, sistemas de valores, crenças e conhecimentos e práticas produtivas sobre os diferentes processos e elementos – naturais e sociais – que constituem o ambiente, suas relações e seus potenciais. [...] Nesse sentido, a racionalidade substantiva ambiental gera um processo de racionalização teórica e técnica, que lhe conferem sua coerência conceitual e sua eficácia instrumental. Isto permite ao “paradigma ambiental” confrontar-se e contrastar-se com o real da racionalidade social prevalecente, verificando-se no processo de construção de seu referente, através de processos de racionalização gerados pelas mudanças sociais que levam consigo transformações axiológicas, gnosiológicas institucionais e produtivas (LEFF, 2010a, p. 144 – 145).

O saber ambiental é gerado num processo de conscientização, de produção teórica e de pesquisa científica. Um processo educativo que permita (re)pensar, (re)interpretar e (re)elaborar o conhecimento, na medida em que as práticas pedagógicas de transmissão e assimilação de conteúdos prontos e acabados, tidos como axiomáticos, e encontradas nas práxis docentes e nos programas de ensino sejam totalmente

reformulados e transformados, conduzindo à produção do saber. Existe a necessidade de se repensar o processo de produção do conhecimento, apontando no diálogo dos saberes e a utilização de métodos interdisciplinares como excelentes alternativas. Mostra-se imperativo a reorientação das atividades acadêmicas e de pesquisa que levem a construção de uma racionalidade ambiental, com enfoques na racionalidade substantiva e teórica, permitindo a incorporação do saber ambiental nos paradigmas teóricos, nas práticas disciplinares de pesquisa e nos conteúdos curriculares dos programas educacionais (LEFF, 2010a).

A complexidade ambiental não conduz apenas necessidade de se aprender novos fatos e de maior complexidade, mas também inaugura uma nova pedagogia, implicando uma reapropriação do conhecimento. A pedagogia ambiental não é a da sobrevivência, do conformismo e da vida cotidiana (numa perspectiva conservacionista e romântica), mas uma educação embasada na imaginação criativa, na prospecção de uma utopia fundada na construção de um novo saber e de uma nova racionalidade (LEFF, 2012). Não deve estar apenas preocupada em preparar as gerações para conhecerem as incertezas dos desastres ecológicos, e nem tão pouco gerar capacidade de respostas para o imprevisto; deve sim preparar novas mentalidades que compreendam as inter-relações entre processos complexos e que desenvolvam habilidades necessárias para a inovação e a construção do inédito (LEFF, 2012), para com isso permitir a participação ativa do ser nos processos de tomada de decisão que conduzam a gestão ambiental ecologicamente sustentável.

A educação Ambiental fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais e novos critérios de tomada de decisões dos governos, guiados pelos princípios da sustentabilidade ecológica e diversidade cultural, internalizando-os na racionalidade econômica e no planejamento do desenvolvimento. Isto implica educar para transformar um pensamento crítico, criativo e prospectivo, capaz de analisar as complexas relações entre processos naturais e sociais, para atuar no ambiente com uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que o definem (LEFF, 2012, p. 256).

O ensino tradicional não falha exclusivamente por conta de seu aspecto disciplinar, mas por não estimular e orientar a capacidades cognitivas, inquisitivas e criativas, por conta da desvinculação dos problemas de seu contexto sociocultural e ambiental (LEFF, 2012). “A educação para o desenvolvimento sustentável exige novas orientações e conteúdos; novas práticas pedagógicas onde se plasmem as relações de

produção de conhecimentos e os processos de circulação, transmissão e disseminação do saber ambiental” (LEFF, 2012, p. 251). Uma educação crítica e reflexiva, que conduza a um processo transformador, caracterizado pela ressignificação de sentidos, comportamentos, valores e atitudes. Possibilitando assumir e incorporar aos nossos fazeres diários uma gama de responsabilidades que nos levem a uma nova postura, tendo como consequência a tomada de atitudes, na construção de sociedades ecologicamente equilibradas e socialmente sustentáveis e justas.

Considerações Finais

O processo de transição não é um evento nada das mais fáceis, pois diversos interesses e a busca pelo poder por parte de vários setores da sociedade estão em jogo. Os recursos naturais por muito tempo foram explorados e utilizados de modo indiscriminados, por conta de várias concepções que o homem incorporou ao longo do corpo de sua história: “dominador da natureza” e “recursos naturais infinitos”. Enrique Leff observa como se deu historicamente esse processo, estuda, analisa criteriosamente e propõe um caminho que pode nos servir como proposta para superação de tal quadro observado.

Segundo ele se faz necessário uma “reapropriação social da natureza” (LEFF, 2010a), com interferência e a participação direta da sociedade civil e organizada na tomada de decisão. Processo dominado por políticos e empresários, que infelizmente estão somente preocupados com a obtenção de lucro.

Fundamentados no pensamento crítico Leffiano, enxergamos a necessidade de se repensar os princípios da racionalidade econômico-tecnológica, tendo como imperativo redefinir: as condições ecológicas, as propostas políticas para o desenvolvimento, a equidade social e o ambientalismo, bem como os princípios da diversidade cultural. Faz-se necessário inicialmente desmascarar, e em seguida desconstruir o paradigma perverso que sustenta as retóricas do discurso capitalista vigente, assim para tal empreitada a racionalidade ambiental emerge como um auspicioso referencial epistemológico.

E assim, a construção da racionalidade ambiental surge como instrumentos de racionalizações⁴, nas diferentes instâncias da racionalidade, que conferem à sociedade a legitimidade na tomada de decisões com respeito à transformação da natureza. Implica na realização e concreção de uma utopia, marcada pela promoção de um processo transitório, com necessárias e urgentes mudanças nas estruturas políticas e econômicas, que possam garantir uma justa participação da sociedade na resolução dos problemas externalizados. “Um processo transformador de formações ideológicas, instituições políticas, funções governamentais, normas jurídicas, valores culturais, estruturas tecnológicas e comportamentos sociais” (LEFF, 2010a, p. 135).

Já com relação ao saber ambiental, esse se faz necessário para inicialmente superar as concepções advindas da modernidade que se fazem tão arraigadas em nossos sistemas de ensino: disciplinarização, cientificismo e conteudismo. No saber ambiental deve-se buscar um reordenamento burocrático, curricular e das práticas pedagógicas dos seus agentes, uma necessária reforma completa nas instituições de ensino. Não só nas instâncias físicas e normativas, mas acima de tudo nas concepções por parte daqueles que as compõem. Pensar o novo, mudar, inovar, empreender, etc. são algumas palavras de ordem, que devem fazer parte das ideias e dos projetos na área da educação. Precisamos quebrar com paradigma cientificista e disciplinar, pois este não consegue dar conta dos problemas complexos da atualidade.

Nesse ínterim o saber ambiental não caminha num sentido unificador, ou seja, no entendimento de que uma disciplina “ambiental” conseguiria solucionar os problemas da atualidade, pelo contrário, projeta o trabalho interdisciplinar como uma ferramenta metodológica adequada para a construção do conhecimento. Esse saber dá voz a outros atores sociais, além dos especialistas, procurando não esterilizar o conhecimento, entendendo que a hibridação com as várias formas de conhecimento são importantes para o enfrentamento dessa empreitada.

Por fim, na guisa de concluir esse debate, vemos as propostas da racionalidade e saber ambiental, como um suporte epistemológico no estabelecimento das relações homem-natureza e homem-homem; e metodológico na produção do conhecimento;

⁴Para nós diante das interpretações leffianas racionalização seriam mecanismos operatórios dinâmicos, ou instrumentos ainda, que permitem operacionalizar as várias instâncias das racionalidades. Ou seja, estariam associados mais com as práticas humanas, e enquanto a racionalidade seria as leituras para entendimento dos fundamentos ideológicos que guiam a sociedade.

servindo de fundamento para a construção de um paradigma que societário que nos afaste com o tempo desse modelo que transformou a sociedade em modos de produção e consumo; e que encaminhe a humanidade não apenas pela necessidade de construir um novo mundo de produção, mas com a finalidade da produção de um novo mundo, com uma sociedade mais humana, feliz, ecologicamente equilibrada e socialmente igualitária e sustentável.

Referências

FARIA, Carmem Roselaine de Oliveira; FREITAS, Denise de. Um projeto socioambiental para o currículo: problematizações e perspectivas para a educação superior. e-cadernos Ces [online], n. 2, p. 1 – 13, 2008.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. 10ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: A reapropriação Social da natureza. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____ Epistemologia Ambiental. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2010a.

_____ Discursos Sustentáveis. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010b.

_____ Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder. 9ª ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências. São Paulo: Cortez, 2003.

TOZZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Educação Ambiental: Referências Teóricas para o Ensino Superior, Interface – Comunicação, Saúde, Educação, v. 5, n. 9, p. 33 – 50, 2001.